MANIFESTO DA UGT

PARA AS ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

Em 7 de Junho os portugueses vão eleger os seus representantes no Parlamento Europeu.

A UGT considera fundamental que as listas presentes ao acto eleitoral se comprometam na defesa da Europa Social e em assumir no Parlamento Europeu posições que traduzam avanços na construção europeia e na defesa da melhoria das condições de vida e de trabalho.

A UGT manifesta o seu total apoio ao **Manifesto da Confederação Europeia de Sindicatos**, em anexo, que traduz as posições das Organizações Sindicais nela filiadas e em cuja aprovação a UGT particularmente se empenhou.

É com estes objectivos que a UGT considera fundamental:

1. O reforço da **Europa Social**, nas suas dimensões nacional e comunitária, tendo nomeadamente presente:

   - Avanços na legislação social comunitária, visando a harmonização no progresso;
   - O combate a medidas de desregulação social, particularmente na organização do tempo de trabalho e na prestação de serviços;
   - A melhoria dos sistemas de segurança social e saúde;
   - O papel fundamental dos serviços públicos e a defesa da sua qualidade.

2. A aprovação do **Tratado de Lisboa,** que traduz um claro avanço na área social, com a integração da Carta dos Direitos Fundamentais, e indispensável para o aprofundamento da construção europeia.

3. A melhoria das **condições de vida e de trabalho**, tendo presente o papel central da legislação comunitária, em especial nas áreas:

   - Da igualdade de oportunidades, nomeadamente entre mulheres e homens;
   - Das condições de higiene, saúde e segurança no trabalho;
   - De protecção dos trabalhadores, em especial dos que têm vínculos precários;
   - De revisão da directiva do tempo de trabalho, com o fim dos opting-outs e assegurando uma adaptabilidade negociada dos horários, conciliando o tempo de trabalho com a vida familiar e social;
   - A revisão da directiva sobre os destacamentos, pondo fim a tentativas de desregulação laboral e de dumping social.

4. A aprovação dum **Contrato Social** de combate à crise, que crie condições para o combate ao desemprego, com maior criação de empregos, defesa dos empregos existentes e melhor protecção dos desempregados e que vise a melhoria da qualidade e sustentabilidade dos empregos, com melhores qualificações e salários e a melhoria das pensões.

5. A promoção do **crescimento e do emprego** assumindo em particular:

   - A revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento, com políticas estruturais que favoreçam o Crescimento, nomeadamente por via do investimento nas redes europeias e do reforço dos investimentos na educação, formação, inovação, energias renováveis, comunicações e ambiente;
   - Uma maior coordenação das políticas de emprego e a defesa da Estratégia Europeia de Emprego;
   - Medidas que favoreçam a melhoria da qualidade do emprego.

6. A revisão da **Estratégia de Lisboa**, de crescimento com coesão, com particular atenção:

   - Ao objectivo do pleno emprego, com empregos estáveis e de qualidade;
   - Ao reforço da inovação e da investigação e desenvolvimento;
   - À defesa do pilar ambiental.

7. O reforço da **coesão económica e social**, com especial atenção:

   - Às medidas que promovam um desenvolvimento equilibrado, reforçando o apoio às regiões mais atrasadas e ás regiões ultraperiféricas e com especial atenção às regiões transfronteiriças;
   - À luta contra a pobreza e a exclusão, com particular atenção aos idosos, aos trabalhadores com menor nível de qualificações profissionais e aos trabalhadores com deficiência.

8. A **livre circulação dos trabalhadores** no espaço comunitário, eliminando as barreiras ainda existentes, particularmente nas áreas do reconhecimento das qualificações e habilitações, da segurança social, da saúde e do acesso à educação e simplificando os processos necessários ao reconhecimento dos direitos.

9. Uma **política europeia de imigração**, eficaz e justa, com especial atenção à legalização dos imigrantes e ao combate aos empregadores que explorem trabalhadores ilegais, ao reforço da imigração legal e à integração social dos imigrantes e suas famílias e com um combate forte ao racismo e xenofobia.

10. O aprofundamento da **construção europeia**, com reforço dos mecanismos de governação nas áreas económica e social, com maior participação dos cidadãos na definição das políticas e com maior transparência e controlo democrático.

11. O reforço do **diálogo social europeu** e da negociação colectiva, e o reconhecimento do papel fundamental dos Sindicatos, como estruturas mais representativas da Sociedade Civil, e da Confederação Europeia de Sindicatos.

12. Que a União Europeia assuma plenas responsabilidades na construção de uma **globalização diferente**, com respeito por clausulas sociais e ambientais e reconhecimento do papel central da Organização Internacional do Trabalho, com regulação financeira e combate aos paraísos fiscais e com uma efectiva governação a nível mundial.

A UGT considera fundamental que os Grupos parlamentares Portugueses no Parlamento Europeu assumam um diálogo institucionalizado com os Parceiros Sociais sobre todas as decisões do Parlamento Europeu em matérias económicas e sociais.

O reforço da construção europeia legitima-se através de uma forte participação dos cidadãos e por isso a UGT apela a uma grande votação em 7 de Junho.

VAMOS VOTAR, EXERCENDO OS NOSSOS DIREITOS E DEVERES DE CIDADANIA

21de Maio de 2009